

Divida Externa Analistas dos JORNAL DE BRASIL EUA pregam o endurecimento

Washington — A declaração de Acapulco dos oito presidentes latino-americanos reflete sua frustração com a estratégia da dívida externa, porém, se não for traduzida num endurecimento em suas negociações com os bancos, acabará figurando como "retórica e capitulações", em parte pelo medo de se perder mercado, afirmaram vários economistas.

O alemão Rudiger Dornbusch, do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, afirmou ontem que "a completa catástrofe" da estratégia do secretário norte-americano James Baker chegou a ponto de o Tesouro impingir um acordo, entre o Fundo Monetário Internacional e a Argentina, que chega a beirar o ridículo.

Frente a esse fiasco, "a declaração de Acapulco é uma boa notícia", disse Dornbusch. Seria uma notícia muito melhor se os latino-americanos declarassem uma moratória unilateral, para a qual a comunidade financeira já está preparada", acrescentou.

O Departamento do Tesouro não quis comentar a reunião dos presidentes do Brasil, Argentina, México, Colômbia, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela, em Acapulco, de sexta-feira a domingo, quando os oito presidentes pediram mais crédito para o desenvolvimento, redução dos juros, o uso do valor da dívida no mercado secundário nas negociações e um serviço da dívida condizente com a capacidade de geração de divisas de cada nação.

Só palavras

"A definição dos problemas é realista", observou o economista Jeffrey Sachs, da universidade de Harvard, referindo-se ao comunicado de Acapulco. "Mas tudo não passa de palavras: os governantes latino-americanos não reconhecem o seu próprio poder de negociação", acrescentou, notando que "até agora não traduziram suas declarações em negociações efetivas".

"A Argentina, o Brasil e o México deveriam ser tão duros nas negociações quanto sua retórica, pois do contrário ocorrerão novas capitulações", sustentou Sachs.

Já William Cline, do Instituto de Economia Internacional, cuja sede fica em Washington, considerou que "a declaração de Acapulco não se devia muito das idéias já manifestadas por países como Argentina e Brasil, e não serve como base firme para novas soluções no problema da dívida".

Ele observou ainda: "Existe um elemento muito importante: os países latino-americanos não desejam que seu acesso aos mercados comerciais seja condicionado ao pagamento da dívida, temendo que, caso não paguem, esses mercados lhes sejam fechados".

Sempre segundo o economista, uma moratória unilateral, "embora não leve a nada", poderia chegar a ser considerada "legítima" pelos mercados mundiais, que estão preparados para a eventualidade.

Brasil

Com relação ao Brasil, ele acha que seus problemas se devem mais a erros de política interna do que a fatores que não possa controlar. "O tom de pessimismo universal no diagnóstico do documento se contradiu com a realidade", frisou ele, ao mesmo tempo em que notou uma certa influência moderada, no comunicado, de países como a Venezuela e o México, este com reservas hoje de cerca de 16 bilhões de dólares.

Cline concordou com o ceticismo de Sachs sobre o comunicado e assinalou que o que importa na solução da crise da dívida são as negociações, as reformas econômicas internas e a evolução da economia internacional. Acha que esta precisa continuar se expandindo: "Uma recessão ou uma explosão nas taxas de juros poderia criar muita pressão favorável a algumas soluções radicais", advertiu.

- 1 DEZ 1987